

PARTIDOS CONSERVADORES NO BRASIL DO SÉCULO XXI (2002-2018)¹

Henrique Curi (Unicamp)²

Otávio Catelano (Unicamp)³

Resumo

Passadas quase duas décadas desde a publicação da maior referência sobre partidos conservadores no Brasil (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a), o tema se tornou cada vez mais importante ao longo desses anos. Investigar o surgimento de novas legendas partidárias, seus valores, seu sucesso eleitoral e adesão de suas pautas por parte do eleitorado é o grande objetivo desse trabalho. Dessa forma, atualizamos a discussão e os dados referentes a obra publicada no final do século XX – incorporando-se como um trabalho de atualização para uma agenda sobre conservadorismo no Brasil. Nossa metodologia foi baseada em materiais coletados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB) e no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). Os resultados apontam para o desdobramento de uma nova forma de conservadorismo frente aos valores encontrados em nossa obra de referência – seja na esfera dos princípios defendidos pelos próprios parlamentares, seja nos recortes sociais do eleitorado brasileiro.

Introdução

O século XXI estava prestes a iniciar e Mainwaring, Meneguello e Power (2000a) voltaram seus esforços para estudar os partidos conservadores brasileiros pós-1985. O estudo se tornaria um marco analítico para compreensão dos partidos políticos no Brasil, até então pouco estudados no âmbito dos chamados “conservadores”. Ao final do livro, os autores relatam a importância do objeto de estudo no caso brasileiro após três eleições nas quais as agendas vitoriosas foram conservadoras⁴: “embora pareça-nos que, mesmo sem a revitalização de sua situação eleitoral, eles já são vitoriosos da batalha que define boa parte do futuro do país” (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a, p. 107). A previsão, que parecia ambiciosa e arriscada, demonstrou-se lúcida.

Se considerarmos apenas os partidos analisados por Mainwaring, Meneguello e Power (2000a), houve uma diminuição na representação parlamentar federal de 5,4% desde a primeira eleição nacional após a publicação do livro até os dias atuais. Mas, se atualizarmos esta lista de

¹ Trabalho apresentado no GT48: “Partidos, eleições e sistemas” do 44º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Membro do Grupo de Estudos em Política Brasileira (PolBras-Cesop/Unicamp). Bolsista CNPq. E-mail: curihenrique@gmail.com.

³ Mestrando no PPGCP-Unicamp. Membro do PolBras (Cesop/Unicamp). Bolsista Fapesp (Nº do processo: 2019/01456-4). E-mail: ozcatelano@gmail.com.

⁴ As três eleições realizadas até então, sob regime democrático, foram conquistadas por candidatos que promoveram agenda econômica conservadora no país – em 1989, com Fernando Collor de Melo, e em 1994 e 1998, com Fernando Henrique Cardoso (FHC). O partido de FHC, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no entanto, não é classificado como uma legenda conservadora.

siglas, há um crescimento da ideologia conservadora no quadro político brasileiro. Se em 2002 os partidos conservadores representavam 39,5% do Câmara de Deputados, em 2018 conquistaram 55,9% das cadeiras em disputa – um crescimento de 15,4%⁵.

O crescimento do sucesso eleitoral não é em vão. Desde 2000, 11 siglas de cunho conservador surgiram ou formaram alianças com outros partidos para sua nova formação e atingiram o critério estabelecido para análise – qual seja representação de pelo menos um membro no Congresso Nacional, ou um governador, ou um candidato presidencial que obteve, no mínimo, 2% dos votos⁶. Os partidos conservadores pós-2000 envolvem desde siglas puramente defensoras do liberalismo econômico, como é o caso do Partido Novo (NOVO), até agremiações cujo berço é encontrado dentro do segmento evangélico, situação do Partido Republicano Brasileiro (PRB) em proximidade com a Igreja Universal do Reino de Deus e do Partido Ecológico Nacional (PEN), atualmente chamado Patriota, com ligações à Assembleia de Deus.

A heterogeneidade dos partidos conservadores e sua agenda de atuação diversificada apenas reitera o argumento dos autores de que o conservadorismo é relacional e evolui com o tempo (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a, p. 15). Ou seja, enquanto fenômeno ideológico é difuso, relacional e sem doutrina específica (LAGUADO DUCA, 2006). Neste sentido, nossa pergunta de pesquisa é a seguinte: quais são, o que defendem e quais as bases dos partidos conservadores no Brasil do século XXI (2002-2018)? Nosso trabalho, assim, insere-se dentro de uma agenda de pesquisa sobre conservadorismo no Brasil e traz luz sobre o tema a partir de novos dados para nosso caso.

Para responder nossa pergunta, estruturamos nosso artigo em três partes além desta Introdução. Na primeira, faremos uma discussão acerca dos conceitos a serem trabalhados durante o artigo e estabeleceremos, assim, nosso ponto de partida. Além disso, também será feita uma contextualização acerca do nosso estudo de caso para partidos conservadores, o Brasil, bem como argumentaremos sobre a necessidade de atualização do estudo e a distinção dos partidos conservadores explorados por Mainwaring, Meneguello e Power (2000a).

Na seção seguinte, apresentaremos nossa estratégia empírica e a nossa análise. A fim de responder quais são os partidos conservadores, realizaremos uma breve revisão historiográfica a partir de textos que analisaram a formação do sistema partidário brasileiro após a redemocratização. Para avaliarmos o que eles defendem, utilizaremos o *survey* Pesquisa

⁵ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

⁶ Mesmos critérios utilizados por Mainwaring, Meneguello e Power (2000a).

Legislativa Brasileira (PLB), coordenado por Power e Zucco (2019). Ao investigarmos suas bases, valeremo-nos do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). Por último, incluiremos uma seção para exposição de dados eleitorais comparativos entre os valores encontrados por Mainwaring, Meneguello e Power (2000a) e informações mais recentes. Dessa forma, conseguiremos avaliar nosso argumento sobre a importância de atualização do estudo.

Por fim, concluiremos com nossos principais resultados, os limites de nossa análise e com a (re)abertura de uma agenda de pesquisa sobre partidos conservadores que, principalmente com a vitória de um deles para o Poder Executivo federal no Brasil pela primeira vez desde 1989, teve as atenções voltadas para si.

Partidos políticos e o conservadorismo

A análise de partidos políticos e do conservadorismo é, em grande medida, dialogável. Por parte do primeiro grupo, já possuímos bases para afirmar sobre a importância de suas mudanças e atualizações a partir de seu contexto de criação (PANEBIANCO, 2005). Em relação ao conceito de “conservadorismo”, há aqui uma surpresa: o tema possuiu transformações durante décadas no interior do capitalismo, opondo-se, assim, a uma visão estática do mundo frente ao conceito (GIBSON, 1996; FRETTEL, 2011).

O chamado “velho conservadorismo”⁷ – marcado por traços aristocráticos, religiosos e autoritários – deu lugar a uma corrente de pensamento que passou a adaptar-se às evoluções do mundo contemporâneo e, conseqüentemente, às regras do jogo democrático. Neste sentido, nada mais representativo do que partidos políticos para que o pensamento conservador possa se desenvolver (FERNANDES, 2017).

A conceitualização de partidos políticos conservadores passa, necessariamente, pela classificação de Gibson (1996). O autor, a fim de evitar uma inclusão sem critérios em alguma parte do espectro ideológico esquerda-direita, propõe a análise dos partidos conservadores a partir de suas bases eleitorais. Para Gibson (1996), os partidos conservadores possuem suas bases de apoio estritamente ligadas às camadas superiores da sociedade e as representações de valores e interesses das mesmas.

Porém, os critérios para avaliação das bases sociais conservadoras no Brasil é extremamente problemática, como demonstram Mainwaring, Meneguello e Power (2000a). Em primeiro lugar, no Brasil, a suposta desproporção de inserção nas camadas superiores pelos partidos conservadores simplesmente não é confirmada. Pessoas de baixa renda e menor

⁷ Ver Mannheim (1981), Romano (1994) e Giddens (1995).

escolaridade, historicamente, tendem a apoiar tais partidos. Em segundo lugar, Gibson (1996) pontua a respeito das distintas bases financeiras que um partido conservador possui. No caso brasileiro, a agenda de pesquisas sobre financiamento partidário aponta para uma grande dependência do Estado e a ausência de um padrão de financiamento quanto à ideologia (RIBEIRO, 2009; KRAUSE; REBELLO; SILVA, 2015). Além disso, Gibson (1996) sugere pesquisar as posições programáticas de cada partido. A avaliação estaria sujeita a subjetividade de cada pesquisador para determinar que classe o partido estaria defendendo em seu programa.

Mainwaring, Meneguello e Power (2000a), ainda que de forma discordante ao autor, também defendem a avaliação de conservadorismo dos partidos políticos via posições programáticas. A metodologia utilizada pelos autores baseou-se na análise de votações durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) – contexto atípico para análise do comportamento parlamentar. Tal contexto, sem dúvida, proporcionou um estudo criterioso e fiel das ideologias partidárias. No entanto, como argumentaremos em breve, a postura partidária no Congresso Nacional, em votações ordinárias, passou a se basear pela polarização *coalizão versus não coalizão* – ou seja, quem faz parte do governo ou da oposição (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001; FREITAS, 2016).

A análise ideológica de tais partidos via votações legislativas é, portanto, problemática em nosso recorte temporal. Ainda que pesquisas tragam a questão partidário-ideológica como evidente (RODRIGUES, 1987; KINZO, 1990; POWER, 2000), principalmente em termos de aproximação do conservadorismo com a direita, avaliar comportamento legislativo dos partidos não permitiria tal inferência. Por isso, utilizamo-nos de outros recursos para medir o grau de conservadorismo dos partidos.

Os *surveys* PLB trarão dimensões mais fiéis no que se refere à estrutura ideológica dos partidos políticos no Brasil. Tal pesquisa conta com a resposta de parlamentares sobre temas que abarcam desde as preferências frente aos aspectos institucionais do sistema político brasileiro, como o poder de legislar do Executivo, até opções ideológicas, como a auto localização no espectro esquerda-direita.

É importante ressaltar que a apresentação da ideologia explícita frente ao público não costuma ser uma prática dos partidos políticos no Brasil. Em termos de conservadorismo, o discurso que assume sua própria ideologia é ainda menos frequente (RODRIGUES, 1987). A tendência pós-ditadura militar foi justamente a de negar a condição de conservador e direitista para construir uma imagem afastada do período autoritário, fenômeno que ficou conhecido como “direita envergonhada” (SOUZA, 1992). Ainda que os partidos mais à direita tenham

aumentado sua representação e os próprios parlamentares demonstrem posição mais autoritária, a auto localização dos deputados conservadores, filiados a estes partidos, permanecem evitando o espectro à direita.

Estratégia empírica e análise dos dados

Quais eram e quais são?

Através do Ato Institucional Número Dois, de 1965⁸, a instituição do bipartidarismo durante a ditadura militar criou a sigla Aliança Renovadora Nacional (ARENA) com o objetivo de forjar maioria parlamentar e medir o apoio eleitoral aos governos militares, cujo único adversário seria o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A ARENA era beneficiada por contar com os recursos do Estado e o controle de praticamente todas as máquinas estaduais, que ajudavam a vencer eleições relativamente controladas. O custo disso era a associação inevitável da legenda com o Poder Executivo nacional, já que tinha posição subserviente ao governo militar (KINZO, 1993).

As divergências ideológicas internas de cada partido, esperadas num sistema bipartidário, eram controladas pela possibilidade da adoção de sublegendas, que comportariam uma mínima competição em disputas locais (KINZO, 1993). No entanto, as derrotas eleitorais arenistas, marcadas principalmente pelas eleições de 1974, deviam-se principalmente por essas discordâncias entre as diversas facções que o compunham, “a maioria delas vinculadas a oligarquias tradicionais nos estados” (KINZO, 1993, p. 39).

A chamada “Reforma Partidária”, de 1979⁹, permitiu que novas legendas fossem criadas. Nesta ocasião, a ARENA foi refundada como Partido Democrático Social (PDS) e perdeu grande parte de seus membros. Em contrapartida ao seu enfraquecimento, um pacote de novas regras eleitorais foi aprovado em 1981 a fim de favorecer o PDS nas eleições de 1982. A estratégia foi bem-sucedida, mas a instabilidade interna teve continuidade graças aos crescentes protestos em favor das eleições diretas e às controvérsias relacionadas ao apoio ou não à trajetória do ex-governador paulista Paulo Maluf rumo à Presidência da República (KINZO, 1993; MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a).

Maluf venceu a disputa interna para candidatura à sucessão de Figueiredo, resultado que provocou uma dissidência e a criação de uma nova legenda, o Partido da Frente Liberal (PFL), que levou consigo muitos quadros pdesistas. O PDS, nascido em um contexto não-competitivo,

⁸ Ato Institucional nº. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acessado em: 30.jun.2019.

⁹ Lei 6.767 de 1979. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6767-20-dezembro-1979-357280-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em: 30.jun.2019.

perdeu eleições que contavam com presença de novas alternativas políticas e encontrou-se fragilizado quando não teve acesso aos recursos do Estado (KINZO, 1993; MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a). A sigla passou por diversas fusões ao longo do tempo, mas permaneceu sob o controle de Maluf, eleito presidente da mesma por aclamação em 1991 (KINZO, 1993, p. 43) e prefeito de São Paulo (SP) em 1992.

No âmbito conservador, o “vencedor” do processo sucessório de Figueiredo foi o PFL (KINZO, 1993, p. 47). Tendo o PMDB assumido o governo com o presidente José Sarney, o PDS viu-se obrigado a passar à oposição. Enquanto isso, seus dissidentes pflistas puderam não só permanecer no poder, mas ampliar sua influência no Poder Executivo nacional em relação à influência que exerciam antes do rompimento com o PDS (KINZO, 1993, p. 47), pois tiveram suas identidades desvinculadas do apoio à ditadura militar. Marcado, desde sua fundação, por ser um partido governista, o PFL teve sucesso eleitoral impressionante em quase todo o país¹⁰ (KINZO, 1993), fortalecendo-se como uma oportunidade para que antigos líderes do PDS se “desligassem” publicamente do regime autoritário, numa tentativa de ofuscar o passado político e apoiar a transição ao regime democrático (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a)¹¹.

Por fora desta trajetória de rupturas encontradas no histórico da ARENA, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi fundado a partir de disputa entre Leonel Brizola e Ivete Vargas, sendo esta a vencedora por decisão da Justiça Eleitoral. O partido foi conduzido, em seu início, por “resquícios” do apoio político a lideranças do sistema pré-1964, como Jânio Quadros e Sandra Cavalcanti, herdeira do lacerdismo (KINZO, 1993, p. 65). Também governista no âmbito federal, desvinculou-se do trabalhismo característico do antigo PTB (1945-1964) e passou a ter um caráter mais eleitoral, com votações localizadas em áreas específicas devido a apoios a lideranças locais (KINZO, 1993).

Segundo Mainwaring, Meneguello e Power (2000a), o PDS¹², o PFL e o PTB eram os principais partidos do polo conservador no país. O primeiro, que hoje se chama Progressistas

¹⁰ Menos no estado de São Paulo (KINZO, 1993).

¹¹ Logo que foi fundado, o PFL também já contou com uma dissidência “para chamar de sua”. O Partido Liberal (PL), criado também em 1985, teve visibilidade nacional proporcionada pelo líder Afif Domingos. Possuía fortes ligações com o empresariado moderno, ocupando um espaço liberal “que o PFL não preencheu” (KINZO, 1993, p. 65). Esta legenda, no entanto, não foi capaz de se firmar na disputa contra os traços governistas do PFL, e não conseguiu que seus quadros se mantivessem filiados para concorrer a eleições quando sua organização partidária ainda se encontrava em fase inicial (KINZO, 1993). Em 2003, incorporou o Partido Geral dos Trabalhadores (PGT) e o Partido Social Trabalhista (PST). Em 2006, fundiu-se com o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), formando o Partido da República (PR) – que, em 2019, voltou a chamar Partido Liberal (PL).

¹² E seus diferentes nomes: ao se fundir com o Partido Democrata Cristão (PDC) em 1993, formou o Partido Progressista Reformador (PPR); que, ao se fundir com o Partido Progressista (PP) em 1995, formou o Partido

(PP), elegeu a terceira maior bancada do país nas eleições de 2018, com 37 deputados. O segundo, que desde 2007 atende por Democratas (DEM), ainda exerce grande influência no Poder Legislativo – atualmente presidindo as duas casas –, mesmo que tenha passado por uma redução do número de deputados federais no pleito de 2018. O terceiro, que manteve uma média de 23 cadeiras na Câmara dos Deputados entre 2002 e 2014, conquistou apenas 10 em 2018, tendo sido um dos partidos que mais perdeu deputados entre as duas últimas eleições, proporcionalmente. Além dos três, outras oito siglas conservadoras que foram analisadas pelos autores atingiram, entre 2002 e 2018, um dos critérios estabelecidos para análise. Os partidos conservadores estão expostos pelo número de cadeiras conquistadas para a Câmara dos Deputados na Tabela 1, abaixo.

Tabela 1 - Cadeiras conquistadas para a Câmara dos Deputados (2002-2018) pelos partidos analisados por Mainwaring, Meneguello e Power (2000a)

Partido	2002		2006		2010		2014		2018	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
PFL-DEM	84	16,4	65	12,7	43	8,4	21	4,1	29	5,7
PL-PR	26	5,1	23	4,5	41	8,0	34	6,6	33	6,4
PMN	1	0,2	3	0,6	4	0,8	3	0,6	3	0,6
PPB-PP	49	9,6	42	8,2	44	8,6	38	7,4	37	7,2
PRONA	6	1,2	2	0,4	NE	NE	NE	NE	NE	NE
PSC	1	0,2	9	1,8	17	3,3	13	2,5	8	1,6
PSD1	4	0,8	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE
PSL	1	0,2	0	0	1	0,2	1	0,2	52	10,1
PST	3	0,6	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE
PTB	26	5,1	22	4,3	22	4,3	25	4,9	10	1,9
PTC	0	0,0	4	0,8	1	0,2	2	0,4	2	0,4
Total	201	39,3	170	33,1	173	33,7	137	26,7	174	33,9

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TSE. NE = Não existente. PSD1 = Partido Social Democrático (1987-2003); sua sigla foi descrita desta forma para o diferenciar do Partido Social Democrático (2011-hoje), que denominamos como PSD2; nenhum dos dois possui qualquer ligação com o PSD (1945-1965) que existiu antes da Ditadura Militar.

Dois dados se destacam. Primeiro, o desempenho do PL-PR, que desde 2014 ultrapassou em número de deputados seu antigo abrigo, o PFL-DEM. Segundo, o aumento notável do Partido Social Liberal (PSL). Fundado em 1994 e registrado em 1998, o partido foi inexpressivo até 2018. No dia sete de março desse ano, foi celebrada a filiação daquele que no dia 28 de outubro viria a ser o vencedor da eleição presidencial, Jair Bolsonaro (PSL-RJ), o que certamente influenciou a ascensão da sigla conservadora. Além dessas onze legendas conservadoras, outras onze alcançaram, entre 2002 e 2018, um dos critérios delineados por Mainwaring, Meneguello e Power (2000), seja por terem melhorado os seus desempenhos

Progressista Brasileiro (PPB). Posteriormente, o partido mudou de nome duas vezes: em 2003 para Partido Progressista (PP) e em 2017 para Progressistas (PP).

eleitorais, seja por terem sido fundadas após a publicação do livro. Na Tabela 2, elas foram expostas de maneira semelhante aos seus pares.

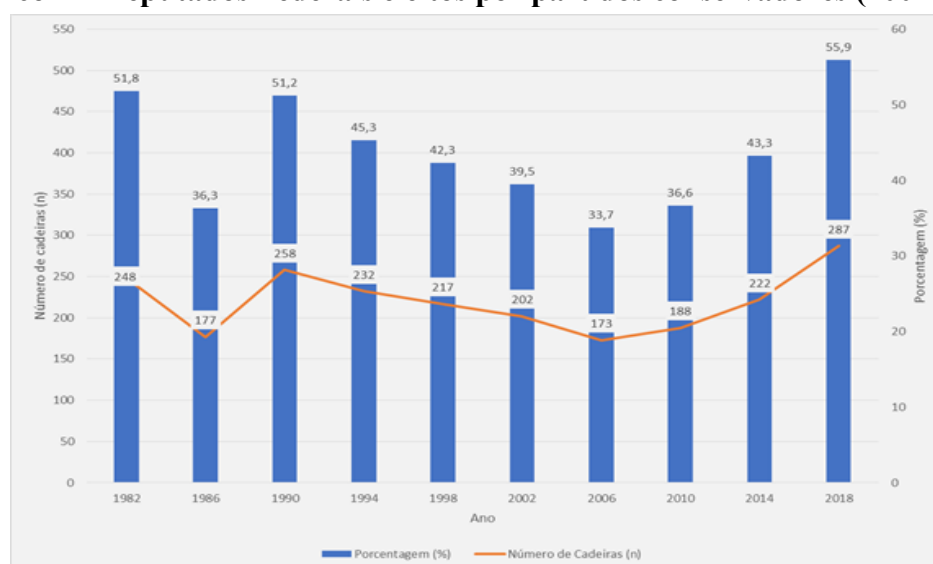
Tabela 2 - Cadeiras conquistadas para a Câmara dos Deputados (2002-2018) por partidos que não foram analisados por Mainwaring, Meneguello e Power (2000a)¹³

Partido	2002		2006		2010		2014		2018	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
NOVO	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE	8	1,6
PAN	0	0,0	1	0,2	NE	NE	NE	NE	NE	NE
PEN-PATRI	NE	NE	NE	NE	NE	NE	2	0,2	5	1,0
PRB	NE	NE	1	0,2	8	1,6	21	4,1	30	5,8
PRP	0	0,0	0	0,0	2	0,4	3	0,6	4	0,8
PRTB	0	0,0	0	0,0	2	0,4	1	0,2	0	0,0
PSD2	NE	NE	NE	NE	NE	NE	36	7	34	6,6
PSDC-DC	1	0,2	0	0	0	0,0	2	0,4	1	0,2
PTdoB-AVANTE	0	0,0	1	0,2	3	0,6	1	0,2	7	1,4
PTN-PODE	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,8	11	2,1
SD	NE	NE	NE	NE	NE	NE	15	2,9	13	2,5
Total	1	0,2	3	0,6	15	3,0	85	16,4	113	22,0

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TSE. NE = Não existente.

Entre estes partidos, dois chamam atenção pelo número relativamente alto de cadeiras conquistadas apesar do pouco tempo disputando eleições: o PRB, sob tutela de parte do segmento evangélico, e o PSD (na Tabela 2, PSD2), fundado por Gilberto Kassab em 2011. Quando analisado em conjunto, o bloco conservador demonstra força, como pode ser visto no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Deputados Federais eleitos por partidos conservadores (2002-2018)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de dados disponíveis em Mainwaring, Meneguello e Power (2000a).

¹³ Porque na época não existiam ou não haviam se encaixado nos critérios propostos. A classificação ideológica dos partidos como legendas conservadoras foi feita com base em Meneguello, Curi e Catelano (2020).

No período 2002-2018, os partidos conservadores não conquistaram menos que $\frac{1}{3}$ do total de vagas na Câmara dos Deputados¹⁴ – inclusive, em 2018 conquistaram mais da metade das cadeiras. Entretanto, o bloco conservador apresenta alta fragmentação, sendo composto por 17 legendas na Câmara em 2018. Essa fragmentação não é marcada por divergências políticas: os critérios de ingresso dos políticos em um partido conservador tendem a girar em torno da avaliação da posição da legenda em relação ao Estado e as redes locais de aliados nas quais eles estão inseridos, ao invés da avaliação de valores e ideologia do partido frente ao atual contexto, como seu posicionamento favorável nos últimos anos acerca do liberalismo econômico (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000b)¹⁵.

O que defendiam e o que defendem?

Para analisar o programa dos partidos conservadores, Mainwaring, Meneguello e Power (2000b) avaliaram os posicionamentos dos mesmos diante de votações nominais ocorridas durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) referentes a questões como “Democracia e autoritarismo”, “Liberalismo econômico e questões morais” e “Instituições democráticas e representação” (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a, p. 31–42).

Ao se debruçarem sobre o tema “Democracia e autoritarismo”, os autores demonstraram que, se comparados com a média da ANC e com os deputados de partidos não conservadores, os deputados dos partidos conservadores votaram sistematicamente em defesa dos chamados “entulhos autoritários” da Constituição: contra a revogação dos decretos secretos publicados pelos governos militares, o limite máximo para arquivamento de documentos secretos, a restituição de militares cassados durante a ditadura e o reconhecimento oficial por parte do governo sobre os direitos violados entre 1964 e 1978, se assim exigido pelos cidadãos (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a, p. 32–34).

No que se refere a políticas pró-mercado, os autores selecionaram votações relativas à atribuição de função social às propriedades privadas e à nacionalização dos direitos ao subsolo, nas quais os partidos conservadores se posicionaram consideravelmente mais contrários; além de votações relativas ao fim do tabelamento de juros e do pluralismo sindical, nas quais se posicionaram mais a favor. Essas votações demonstram que o neoliberalismo foi, durante os

¹⁴ 171 cadeiras, do total de 513.

¹⁵ Além disso, os incentivos institucionais – como o sistema eleitoral, o federalismo etc. – são importantes para explicar tal fragmentação, mas não explicam por que o bloco conservador é mais fragmentado do que outros blocos ideológicos. Uma explicação seria que as elites dos partidos em questão seriam mais personalistas do que nos outros campos, portanto seriam menos comprometidas com organizações formais, prezando mais pela própria autonomia; e não veriam incentivos para se unirem em um grande partido (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000b).

anos 1990, uma ideologia que uniu os partidos conservadores em diversas questões; assim como as questões morais, entre as quais os deputados dessas legendas se posicionaram contra a legalização do aborto e a igualdade de direitos para pessoas LGBTs, assim como demonstraram menor propensão a criticar violação de direitos humanos – especialmente quando as vítimas dessas violações eram criminosos ou suspeitos (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a, p. 34–38).

Nas questões alusivas às “Instituições democráticas”, os deputados de partidos conservadores tenderam a defender o presidencialismo enquanto sistema político. Quanto ao sistema eleitoral, inclinaram-se a apoiar o voto federativo ponderado para eleições presidenciais, em um modelo próximo do sistema eleitoral dos EUA, e a rejeitar a reeleição para cargos majoritários (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a, p. 38–39).

A fim de explorarem a questão da representação, os autores observaram os dados de uma pesquisa realizada por um deles, T. Power. Este é o *survey* que posteriormente recebeu o nome de Pesquisa Legislativa Brasileira, como citamos na Introdução. Suas ondas na década de 1990 foram realizadas em 1990, 1993 e 1997. Os respondentes foram deputados federais e senadores de diversos partidos políticos. A partir das informações coletadas, os autores notaram que os parlamentares de partidos conservadores demonstram apoiar menos a postura de fidelidade partidária e costumam atribuir as suas vitórias eleitorais a esforços pessoais, não partidários (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a, p. 39–42).

Quanto a dimensão esquerda/direita, os autores notaram que, durante a década de 1990, a direita estava negativamente estigmatizada. Houve uma discrepância entre a localização ideológica de partidos conservadores quando atribuída pelos seus próprios deputados e quando atribuída a) por congressistas de partidos não conservadores e b) pelos congressistas respondentes em geral: os primeiros localizavam seus partidos mais à esquerda do que os segundos e os terceiros. Além disso, os primeiros se auto-localizavam à esquerda da localização que atribuíam às suas legendas (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a, p. 42–46). Fatos como esses ilustram o fenômeno da “direita envergonhada”. Entretanto, a média global do Congresso e dos partidos conservadores evoluiu para a direita ao longo das ondas da década de 1990, o que pode ter sido motivado tanto por uma real mudança ideológica do Congresso quanto por uma mitigação do fenômeno da direita envergonhada (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a, p. 46).

Para cumprirmos o objetivo de observar os dados atuais de maneira a compará-los com as análises dos autores, é necessário levar em conta alguns argumentos teóricos e empíricos.

Primeiro, as votações dos partidos no Congresso tendem a ser orientadas de acordo com a clivagem governo/oposição, marcada pela coalizão construída pelo presidente e seu partido (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001; FREITAS, 2016). Segundo, por mais que a ação coletiva na ANC tenha sido estruturada pelos partidos – tendo sido, inclusive, o espaço no qual o Colégio de Líderes foi criado –, algumas votações, como as referentes a questões morais, por exemplo, envolviam incentivos diferentes dos de votações comuns.

Logo, a comparação entre votações na ANC com votações em Legislaturas subsequentes é necessariamente prejudicada. Por exemplo: as coalizões dos governos petistas (2003-2016), que constituem a maior parte do nosso recorte temporal, foram notadamente mais heterogêneas no quesito ideológico do que suas predecessoras. Uma vez tomado como pressuposto o argumento exposto no primeiro ponto, as votações deste período não necessariamente nos fornecerão o posicionamento ideológico sincero dos partidos, mas sim dos governos e suas oposições. Desta forma, as informações que mais contribuirão para o cumprimento do objetivo são as coletadas pela PLB. Como é realizada uma nova onda do estudo a cada Legislatura eleita, selecionamos entre os dados que estão disponíveis para análise de pesquisadoras e pesquisadores as ondas realizadas em 2005, 2009, 2013 e 2017¹⁶.

A fim de compararmos com resultados das votações ocorridas durante a ANC para introduzirmos um aspecto ideológico mais criterioso para nossa análise, selecionamos algumas questões que dialogam com as votações trabalhadas por Mainwaring, Meneguello e Power (2000a). As votações são separadas pelos autores a partir de cinco temas: "democracia e autoritarismo", "políticas pró-mercado", "agenda moral", "instituições democráticas e representação" e dimensão esquerda/direita.

Para o primeiro tema, "democracia e autoritarismo", analisamos a seguinte pergunta da PLB: "Com relação a um debate na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, o Sr. está a favor ou contra à inclusão do dispositivo que assegura às Forças Armadas o direito de intervenção para garantir a ordem interna?". Nessa questão, os partidos conservadores apresentaram uma retomada nas respostas a favor de intervenção militar, atingindo seu auge em 2017, com 77,4% de apoio entre os parlamentares conservadores analisados. O auge, anteriormente vivenciado em 2005, quando 65,9% dos parlamentares conservadores apoiavam a possibilidade de intervenção militar, teve queda significativa em 2009, 48,7%, crescimento em 2013, 64%, e nova ascensão autoritária em 2017, com seu maior número de apoio. Neste

¹⁶ Disponível em: <<https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/ARYBJI>>. Acessado em: 13.nov.2020.

sentido, a resposta já apresenta um contraponto interessante, de marca autoritária, ao comportamento dos conservadores analisados em Mainwaring, Meneguello e Power (2000b), quando os deputados reconheciam que a ditadura não havia sido uma solução para o Brasil.

Para medirmos o grau de apoio às políticas pró-mercado, valemo-nos da questão “Na sua opinião, que tipo de sistema econômico seria mais adequado para o Brasil? Marque apenas uma opção: 1) Uma economia predominantemente de mercado com a menor participação possível do Estado; 2) Um sistema econômico em que houvesse uma distribuição equitativa entre uma parte de responsabilidade das empresas estatais e outra das empresas privadas; 3) Uma economia em que as empresas estatais e o Estado constituíssem o setor principal mas sem que a participação da economia do mercado fosse eliminada; 4) Uma economia em que o capital privado fosse totalmente afastado dos principais setores econômicos, passando as grandes empresas para o controle estatal.” Nesse aspecto, o comportamento é massivamente a favor do mercado em detrimento ao Estado, mas sem exclusão deste. A resposta que envolve aspectos equitativos entre Estado e setor privado apresenta, durante toda série temporal, resposta média de 43% dos parlamentares conservadores.

Ainda que a construção do conservadorismo estivesse atrelada a pautas dominantes entre conservadores na década de 1990, como o liberalismo econômico (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000b, p. 36), o resultado demonstra a particularidade do conservadorismo na América Latina, principalmente na última década, com o avanço de políticas sociais implementadas pelo Estado e bem avaliadas pelo eleitorado. Com 5,7% das respostas, o setor econômico melhor avaliado corresponde ao de economia estatal em maior protagonismo em relação ao setor privado. O resultado é o maior desde o *survey* realizado em 2005.

Quanto à questão referente a “agenda moral”, analisamos pela questão incluída na PLB de 2013 e de 2017, qual seja “Você concorda ou discorda? Casais homossexuais deveriam ter o direito de se casar.” Para tal questão, nota-se em 2013 uma postura, em sua maioria, parecida com a tendência apontada por Mainwaring, Meneguello e Power (2000b, p. 38), de que os “velhos” conservadores fossem contrários aos direitos para homossexuais. Em 2013, 40% dos conservadores “Fortemente discordava” com o direito de homossexuais se casarem. Já em 2017, apenas 18,9% tiveram a mesma resposta. E a maioria das respostas entre os conservadores de 2017 concordava fortemente com o direito ao matrimônio com pessoas do mesmo sexo, com 30,2% das respostas – eram 12% em 2013. Com uma bandeira com cada vez mais força na

sociedade e no Congresso ao longo dos anos (SANTOS, 2016), a aceitação de direitos civis aos homossexuais tende a ser cada vez maior.

Frente ao tema “instituições democráticas e representação”, optamos pela questão “Alguns parlamentares são eleitos por causa de sua sigla partidária - isto é, o poder de organização do partido ou o perfil que ele tem na opinião pública. Outros são eleitos devido a sua capacidade individual para a organização ou a sua atuação pessoal na política. No seu caso, qual foi mais importante?”. Dessa forma, avaliamos a aceitação frente ao sistema eleitoral e seu próprio potencial de representatividade para o parlamentar. Os resultados indicam a percepção crescente da importância do pragmatismo pessoal para sucesso eleitoral. Em 2001, 78,3% dos deputados de partidos conservadores creditavam sua cadeira ao prestígio pessoal, já em 2017 esse número salta para 90,6%. A estatística revela não apenas a valorização do próprio mérito do deputado conservador para alcançar o cargo, mas também a desvalorização da organização política, o partido político, enquanto instrumento fundamental para sucesso eleitoral.

Por último, parlamentares eleitos por partidos conservadores tendem a se colocar como centro, quantificado pelo número 5, dentro da dimensão ideológica esquerda e direita. A taxa de “não resposta” é alta, mas, em suma, os parlamentares se colocaram mais claramente ao centro e próximo a ele – nos números 4 ou 6. Apenas no último PLB, em 2017, que os conservadores rejeitaram o diálogo com a direita e optaram, para além do centro, pelos números 6 e 8, mais à esquerda do espectro ideológico. O auto posicionamento ideológico dos deputados conservadores entre 1990 e 1997 também indicam uma estabilidade no centro. O movimento é claro à época, assim como encontrado em 2017, é claro: não se alinhar à direita, representada pela ditadura militar, principalmente na década de 1980. Por outro lado, ainda que o PFL, à época, apresentasse indícios de uma maior afirmação na direita – provavelmente por simbolizar a proximidade com liberalismo econômico na década de 90, o movimento não se firmou. Ainda mais se considerarmos a importância das políticas sociais, aceitas pelos conservadores, nos governos petistas da última década (2002 – 2016).

Quais eram e quais são suas bases sociais?

Mainwaring, Meneguello e Power (2000a) também discorreram sobre as bases sociais dos partidos conservadores de duas maneiras. Primeiro, observaram dados eleitorais com base em uma perspectiva regionalizada. Demonstraram que os partidos conservadores tinham melhores desempenhos nas regiões mais pobres do país: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Segundo, exploraram dados de identificação partidária a partir de recortes socioeconômicos, com o objetivo de identificar as características dos eleitores identificados com os partidos

conservadores¹⁷. Os recortes selecionados foram: *Região, Tamanho do município, Faixas de idade, Educação, Renda domiciliar, Gênero, Raça e Religião* (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a).

Entre esses enfoques, apenas três se apresentaram estatisticamente importantes para a descrição dos eleitores identificados com partidos conservadores. Primeiro, a *Região*: os nordestinos tiveram uma participação relativamente grande nos números referentes a identificação partidária, enquanto os eleitores do Sudeste participaram de forma mais fraca (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a, p. 62). Segundo, o *Tamanho do município*: os eleitores em questão foram encontrados mais frequentemente em municípios de porte populacional pequeno, definidos pelos autores como aqueles que possuem até 19.600 eleitores (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a, p. 62–65). Terceiro, a *Idade*: o rol de simpatizantes dos partidos conservadores foi caracterizado como mais velho do que os dos partidos de esquerda e de centro (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a, p. 66).

Os autores realizaram outros testes estatísticos com os dados citados no parágrafo anterior e apuraram diferenças entre os eleitores identificados com partidos conservadores. O objetivo deste artigo é também investigar as características socioeconômicas do eleitorado identificado com partidos conservadores. Para isso, selecionamos os dados do ESEB, cujas ondas foram realizadas logo após as eleições de 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018^{18, 19}. A cada informação socioeconômica fizemos uma análise tabular, um teste bivariado de hipótese que evidencia se há relação estatisticamente significativa entre duas variáveis categóricas (KELLSTEDT; WHITTEN, 2015, p. 172). A significância estatística foi calculada com base

¹⁷ Segundo os autores, os eleitores conservadores têm menor propensão a se identificarem com algum partido. A hipótese levantada por eles para explicação deste fenômeno é que os eleitores conservadores têm uma predileção por rejeitar partidos políticos. Além disso, os políticos conservadores brasileiros migram mais do que políticos de outros blocos ideológicos, provavelmente porque no país os partidos à direita “foram sempre criados de cima para baixo”, não construindo laços fortes com suas bases eleitorais (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000a, p. 61).

¹⁸ As perguntas selecionadas para mensurar Identificação partidária foram “qual o partido que melhor representa a maneira que pensa?”. Todas elas foram respondidas de forma espontânea e única. Os partidos conservadores que foram mencionados em 2002 foram: PPB, PTB, PL, PFL, PSDC, PSD e PRONA; em 2006: PTB, PFL e PP; em 2010: PTB, DEM, PSDC, PSC, PRP, PP, PRB e PR; em 2014: DEM, PP, PR, PRB, PRP, PSC, PSD, PSDC, PTB, PTC, PTdoB e SD; e em 2018: AVANTE, DEM, NOVO, PATRIOTA, PMB, PP, PRB, PSC, PSD, PSL, PTB e PTC. Recodificamos os dados como “Conservadores” (todos os partidos conservadores mencionados), “Outros” (todos os outros partidos mencionados).

¹⁹ Antes, devemos levar em conta dois fatores. Primeiro, o número de respondentes que se encaixam em “Outros” é quase sempre maior que em “Conservadores”, porque naqueles estão contidos os partidos que historicamente possuem mais simpatizantes: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o PSDB (SPECK; BALBACHEVSKY, 2016). Segundo, não foi possível recodificar todos os dados de forma que eles fossem mensurados pelos mesmos parâmetros em todos os anos. Na Tabela 3, por exemplo, as regiões Norte e Centro-Oeste foram unidas em uma só nos dados de 2006.

no teste qui-quadrado de associação e comparado com seu valor crítico, informação coletada de acordo com os graus de liberdade das categorias apresentadas a cada *survey*²⁰. Os anos nos quais foi possível observar uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis foram sinalizados, tendo o valor-*p* sido apresentado nas notas de cada tabela. Seguimos, então, para a análise dos dados a partir dos mesmos recortes propostos pelos autores.

Tabela 3 – Identificação partidária x Região – ESEB (2002-2018)

Ano	Região	Distribuição das regiões na sociedade (%)	Distribuição das regiões entre identificados com			
			Partidos conservadores		Outros partidos	
			(%)	Diferença p/ sociedade (%)	(%)	Diferença p/ sociedade (%)
2002*	Centro-Oeste	6,3	8,8	2,5	5,1	-1,1
	Nordeste	23,1	35,0	11,9	21,2	-1,9
	Norte	4,3	5,0	0,7	5,3	0,9
	Sudeste	52,3	37,5	-14,8	53,7	1,4
	Sul	14,0	13,8	-0,2	14,7	0,7
2006*	Nordeste	24,5	40,0	15,5	24,3	-0,2
	Norte/Centro-Oeste	10,6	0,0	-10,6	11,2	0,6
	Sudeste	47,3	10,0	-37,3	47,9	0,6
	Sul	17,6	50,0	32,4	16,6	-1,0
2010*	Centro-Oeste	7,2	0,0	-7,2	7,3	0,1
	Nordeste	27,0	50,0	23,0	28,0	1,0
	Norte	7,2	11,1	3,9	7,3	0,1
	Sudeste	43,6	22,2	-21,4	45,5	1,9
	Sul	15,0	16,7	1,7	12,0	-3,0
2014*	Centro-Oeste	6,2	5,7	-0,5	4,7	-1,4
	Nordeste	20,6	25,7	5,1	28,7	8,1
	Norte	6,3	5,7	-0,5	7,2	1,0
	Sudeste	55,4	34,3	-21,1	48,5	-6,8
	Sul	11,6	28,6	17,0	10,8	-0,8
2018*	Centro-Oeste	7,8	6,4	-1,4	6,2	-1,6
	Nordeste	25,7	26,0	0,3	38,3	12,6
	Norte	7,8	7,3	-0,5	7,6	-0,2
	Sudeste	43,6	41,6	-2,0	35,8	-7,8
	Sul	15,1	18,7	3,6	12,1	-3,0

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ESEB (Cesop-COCEN/Unicamp). Notas: a) *p-valor: 2002, 2006 e 2010: $p < 0,025$; 2014 e 2018: $p < 0,001$. b) em 2006, as regiões Norte e Centro-Oeste são unidas nos dados, sendo impossível recodificá-las.

A Tabela 3 mostra que a região é uma variável que se relaciona com a distribuição da identificação partidária de forma estatisticamente significativa em todos os anos abordados. O Centro-Oeste e o Norte são regiões que não estabelecem uma relação clara com a distribuição dos eleitores identificados com partidos conservadores. Por outro lado, em todo o período a região Sudeste apresenta sistematicamente menos eleitores conservadores do que o esperado; enquanto nas regiões Sul e Nordeste é possível observar mais registros de eleitores conservadores do que no resto do país. Seguindo os apontamentos de 1996 (MAINWARING,

²⁰ Os graus de liberdade são calculados a partir da fórmula $gl=(r-1)(c-1)$, em que r é o número de linhas e c é o número de colunas da tabela. A diferenciação foi feita por conta da ausência de padronização de determinadas variáveis, principalmente no ESEB de 2006. Os valores críticos de χ^2 foram encontrados no Apêndice A de Kellstedt e Whitten (2015, p. 319).

MENEGUELLO; POWER, 2000b, p. 62), o Nordeste é uma região positivamente importante para os conservadores, tendo agora a região Sul como semelhante neste quesito.

Tabela 4 – Identificação partidária (%) x Porte do município – ESEB (2002-2018)

Ano	Porte	Distribuição dos portes na sociedade (%)	Distribuição dos portes entre identificados com			
			Partidos conservadores		Outros partidos	
			(%)	Diferença p/ sociedade (%)	(%)	Diferença p/ sociedade (%)
2010*	50 maiores municípios	34,8	22,2	-12,6	38,5	3,7
	Próximos 500 municípios	29,0	27,8	-1,2	27,7	-1,3
	Próximos 5.000 municípios	36,2	50,0	13,8	33,8	-2,4

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ESEB (Cesop-COCEN/Unicamp). Notas: a) *p-valor: 2010: p < 0,05. b) Apenas o ESEB 2010 apresentou dados sobre este quesito.

A Tabela 4 informa sobre a única onda do ESEB que contém dados relativos ao porte populacional dos municípios, 2010. Nela, é possível afirmar que os simpatizantes de partidos conservadores seguem desproporcionalmente mais alocados em municípios de menor porte populacional, sendo possível observar essa relação de forma estatisticamente significativa. Historicamente, o resultado é congruente com os apresentados em 1996. As explicações repousam na fraca organização popular, como sindicatos e associações de bairro, neste porte populacional e a dominação histórica do clientelismo e patrimonialismo nesses municípios até hoje (AVELAR; WALTER, 2008).

Tabela 5 – Identificação partidária (%) x Faixa etária (Idade) – ESEB (2002-2018)

Ano	Faixa etária	Distribuição das faixas na sociedade (%)	Distribuição das faixas entre identificados com			
			Partidos conservadores		Outros partidos	
			(%)	Diferença p/ sociedade (%)	(%)	Diferença p/ sociedade (%)
2002*	16-29	35,5	33,8	-1,7	37,7	2,2
	30-45	33,1	21,3	-11,8	36,1	3,0
	46-59	17,4	17,5	0,1	16,6	-0,8
	60+	14,0	27,5	13,5	9,6	-4,4
2006	16-29	37,7	20,0	-17,7	38,6	0,9
	30-45	29,7	40,0	10,3	29,3	-0,3
	46-59	17,2	10,0	-7,2	17,4	0,2
	60+	15,4	30,0	14,6	14,7	-0,7
2010	16-29	29,6	38,9	9,3	31,9	2,4
	30-45	34,0	27,8	-6,2	32,7	-1,2
	46-59	20,2	11,1	-9,1	19,5	-0,7
	60+	16,3	22,2	6,0	15,8	-0,4
2014	16-29	27,3	28,6	1,3	25,8	-1,5
	30-45	33,7	45,7	12,0	32,5	-1,2
	46-59	23,2	14,3	-8,9	24,4	1,2
	60+	15,8	11,4	-4,4	17,4	1,5
2018*	16-29	27,5	40,6	13,1	25,6	-1,9
	30-45	33,9	37,0	3,1	39,4	5,5
	46-59	22,7	15,1	-7,6	22,0	-0,7
	60+	15,9	7,3	-8,6	13,0	-3,0

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ESEB (Cesop-COCEN/Unicamp). Nota: *p-valor: 2002 e 2018: p < 0,001.

Na Tabela 5, observa-se que apenas nos anos de 2002 e 2018 é possível observar uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis faixa etária e identificação partidária. No primeiro, os partidos conservadores possuíam mais simpatizantes entre as faixas etárias mais velhas. Já em 2018, a tendência se inverteu: os partidos conservadores agora são mais fortes

entre os mais jovens. Ou seja, o efeito identificado por Mainwaring, Meneguello e Power (2000a) só foi mantido até 2002. Entretanto, é necessário afirmar que somente pesquisas que realizam painéis de entrevistas conseguem solucionar o dilema identificado pelos autores: se o conservadorismo é definido pelo tempo de vida ou por um efeito geracional.

Tabela 6 – Identificação partidária (%) x Faixa de escolaridade (Escolaridade) – ESEB (2002-2018)

Ano	Faixa de escolaridade	Distribuição das faixas na sociedade (%)	Distribuição das faixas entre identificados com			
			Partidos conservadores		Outros partidos	
			(%)	Diferença p/ sociedade (%)	(%)	Diferença p/ sociedade (%)
2002*	Analfabeto/Sem instrução	7,9	5,0	-2,9	4,2	-3,7
	Primário	28,1	33,8	5,7	22,8	-5,3
	Ginásio	25,8	26,3	0,4	25,3	-0,5
	Colégio	26,9	25,0	-1,9	31,9	5,0
	Superior ou mais	11,2	10,0	-1,2	15,8	4,6
2006*	Analfabeto/Primário incompleto	19,7	10,0	-9,7	15,2	-4,5
	Primário	13,1	30,0	16,9	8,9	-4,3
	Ginásio	25,2	40,0	14,8	18,6	-6,6
	Colégio	32,5	10,0	-22,5	50,1	17,7
	Superior ou mais	9,5	10,0	0,5	7,2	-2,3
2010	Analfabeto/Sem instrução	3,6	0,0	-3,6	2,8	-0,8
	Primário	29,3	11,1	-18,2	28,1	-1,2
	Ginásio	23,6	33,3	9,7	22,8	-0,8
	Colégio	30,8	38,9	8,1	32,2	1,4
	Superior ou mais	12,7	16,7	4,0	14,1	1,4
2014*	Analfabeto/Sem instrução	3,9	2,9	-1,0	4,3	0,5
	Primário	20,0	2,9	-17,1	19,1	-0,9
	Ginásio	22,9	11,4	-11,5	24,8	1,9
	Colégio	35,6	45,7	10,2	35,7	0,2
	Superior ou mais	17,7	37,1	19,4	16,1	-1,6
2018*	Analfabeto/Sem instrução	2,9	1,4	-1,5	3,9	1,0
	Primário	20,3	11,4	-8,9	21,1	0,9
	Ginásio	16,5	8,7	-7,8	19,7	3,2
	Colégio	37,5	54,8	17,2	34,6	-2,9
	Superior ou mais	22,7	23,7	1,0	20,6	-2,2

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ESEB (Cesop-COCEN/Unicamp). Notas: a) *p-valor: 2002, 2006, 2014 e 2018: $p < 0,001$. b) Em 2006, os dados apresentam “Analfabetos” e “Primário incompleto” como uma mesma categoria, sendo impossível desvinculá-las para padronização com os anos restantes.

A Tabela 6 esclarece que apenas em 2010 não foi possível observar uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis faixa de escolaridade e identificação partidária. Os eleitores com pouca ou nenhuma instrução apresentam taxas menores de identificados com partidos conservadores ao longo de toda a série temporal. Até 2006, era possível observar uma tendência positiva para os partidos conservadores entre as faixas “primário” e “ginásio”, mas essas faixas inverteram suas tendências, mostrando-se negativamente relacionadas com a presença de simpatizantes desses partidos nos anos de 2014 e 2018. Os anos de 2014 e 2018, inclusive, apresentaram a mesma clivagem: os eleitores de partidos conservadores são mais frequentemente observados em faixas de escolaridade mais altas, enquanto são menos observados em faixas de escolaridade mais baixas. Esse movimento é inédito, pois os dados apresentados por Mainwaring, Meneguello e Power (2000b, p. 66) apresentam um apoio conservador concentrado no eleitor com menor escolaridade.

Tabela 7 – Identificação partidária (%) x Faixa de renda (Renda familiar mensal) – ESEB (2002-2018)

Ano	Faixa da renda	Distribuição das faixas na sociedade (%)	Distribuição das faixas entre identificados com			
			Partidos conservadores		Outros partidos	
			(%)	Diferença p/ sociedade (%)	(%)	Diferença p/ sociedade (%)
2002*	Menos que 1SM	5,3	6,8	1,5	4,1	-1,2
	Entre 1SM e 5 SM	63,3	60,3	-3,0	58,1	-5,2
	Entre 5SM e 15 SM	24,9	27,4	2,5	30,1	5,2
	15 SM ou mais	6,5	5,5	-1,0	7,7	1,2
2006	Menos que 1SM	4,9	0,0	-4,9	4,4	-0,5
	Entre 1SM e 5 SM	78,9	100,0	21,1	78,5	-0,4
	Entre 5SM e 15 SM	14,1	0,0	-14,1	14,8	0,7
	15 SM ou mais	2,1	0,0	-2,1	2,2	0,1
2010	Menos que 1SM	5,9	5,9	0,0	5,3	-0,6
	Entre 1SM e 5 SM	76,8	76,5	-0,3	76,4	-0,4
	Entre 5SM e 15 SM	15,3	17,6	2,3	16,2	0,8
	15 SM ou mais	2,0	0,0	-2,0	2,1	0,2
2014*	Menos que 1SM	8,0	0,0	-8,0	9,3	1,3
	Entre 1SM e 5 SM	77,8	68,2	-9,7	74,7	-3,1
	Entre 5SM e 15 SM	12,3	22,7	10,5	13,7	1,4
	15 SM ou mais	1,9	9,1	7,2	2,3	0,4
2018*	Menos que 1SM	12,8	7,0	-5,8	18,1	5,3
	Entre 1SM e 5 SM	75,7	72,7	-3,0	74,1	-1,6
	Entre 5SM e 15 SM	10,8	20,3	9,6	7,2	-3,6
	15 SM ou mais	0,7	0,0	-0,7	0,7	0,0

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ESEB (Cesop-COCEN/Unicamp). SM = Salário mínimo, que em 2002 era R\$200,00²¹; em 2006 era R\$350,00²²; em 2010 era R\$510,00²³; em 2014 era R\$724,00²⁴; e em 2018 era R\$954,00²⁵. Nota: *p-valor: 2002 e 2014: $p < 0,01$; 2018: $p < 0,001$.

Na Tabela 7, destacam-se os anos de 2002, 2014 e 2018, por serem os únicos que apresentaram relação estatisticamente significativa entre as variáveis mobilizadas. As faixas de renda que não apresentaram oscilações foram duas: entre as pessoas cuja renda familiar mensal é de 1 a 5 salários mínimos, é possível observar menos eleitores identificados com partidos conservadores; enquanto entre as pessoas cuja renda familiar mensal é de 5 a 15 salários mínimos, esta tendência é positiva. Os resultados encontrados em 1996 (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000b, p. 69), ainda que analisado em apenas um ano, indicavam um forte eleitorado conservador com renda domiciliar com até 2 salários mínimos. Esta tendência permaneceu até 2002 mas, no recorte temporal mais recente, não se sustentou.

Tabela 8 – Identificação partidária (%) x Gênero (Sexo) – ESEB (2002-2018)

²¹ Lei 10.525 de 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10525.htm>. Acessado em: 30.jun.2019.

²² Lei 11.321 de 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11321.htm>. Acessado em: 30.jun.2019.

²³ Lei 12.255 de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12255.htm>. Acessado em: 30.jun.2019.

²⁴ Lei 8.166 de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8166.htm>. Acessado em: 30.jun.2019.

²⁵ Decreto 9.255 de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9255.htm#:~:text=DECRETA%20%3A-,Art.,e%20cinquenta%20e%20quatro%20reais>. Acessado em: 13.nov.2020.

Ano	Gênero	Distribuição dos gêneros na sociedade (%)	Distribuição dos gêneros entre identificados com			
			Partidos conservadores		Outros partidos	
			(%)	Diferença p/ sociedade (%)	(%)	Diferença p/ sociedade (%)
2002*	Mulher	55,5	43,8	-11,7	49,0	-6,5
	Homem	44,5	56,3	11,7	51,0	6,5
2006	Mulher	42,5	40,0	-2,5	41,7	-0,8
	Homem	57,5	60,0	2,5	58,3	0,8
2010*	Mulher	51,7	50,0	-1,7	46,8	-4,9
	Homem	48,3	50,0	1,7	53,2	4,9
2014*	Mulher	52,4	54,3	1,9	44,4	-8,0
	Homem	47,6	45,7	-1,9	55,6	8,0
2018*	Mulher	52,5	29,7	-22,8	51,3	-1,2
	Homem	47,5	70,3	22,8	48,7	1,2

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ESEB (Cesop-COCEN/Unicamp). Nota: *p-valor: 2002, 2010, 2014 e 2018: $p < 0,001$.

A Tabela 8 mostra que apenas o ano de 2006 não apresentou distribuição sistemática de identificados com partidos conservadores entre mulheres e homens. Ao longo da série temporal, apenas em 2014 houve tendência maior de simpatizantes desses partidos entre as mulheres. Em todos os outros anos, por outro lado, as mulheres se mostraram resistentes à identificação com os conservadores, tendo o ano de 2018 sido especialmente marcante neste quesito. O padrão anteriormente observado de pouca expressão explicativa do gênero em termos de conservadorismo também mostrou inversão, sendo agora importante para mensurarmos o partidarismo conservador no eleitorado.

Tabela 9 – Identificação partidária (%) x Raça (Cor autodeclarada de acordo com IBGE) – ESEB (2002-2018)

Ano	Raça	Distribuição das raças na sociedade (%)	Distribuição das raças entre identificados com			
			Partidos conservadores		Outros partidos	
			(%)	Diferença p/ sociedade (%)	(%)	Diferença p/ sociedade (%)
2000	Amarelo	3,4	2,6	-0,9	3,9	0,4
	Branco	48,0	44,9	-3,2	49,9	1,9
	Indígena	5,3	6,4	1,1	4,4	-0,9
	Negro	43,2	46,2	2,9	41,8	-1,4
2010	Amarelo	1,1	0,0	-1,1	1,3	0,2
	Branco	43,1	27,8	-15,3	41,8	-1,3
	Indígena	0,4	0,0	-0,4	0,4	0,0
	Negro	55,4	72,2	16,8	56,5	1,0
2014*	Amarelo	1,4	0,0	-1,4	1,7	0,3
	Branco	41,3	62,9	21,5	38,4	-2,9
	Indígena	0,7	2,9	2,1	0,8	0,0
	Negro	56,5	34,3	-22,3	59,1	2,5
2018*	Amarelo	2,6	2,3	-0,3	2,3	-0,3
	Branco	31,6	31,8	0,2	27,0	-4,7
	Indígena	3,3	5,1	1,8	4,1	0,7
	Negro	62,5	60,8	-1,6	66,7	4,2

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ESEB (Cesop-COCEN/Unicamp). Notas: a) *p-valor: 2014: $p < 0,001$; 2018: $p < 0,1$. b) “Negro” = “Preto” e “Pardo”. c) O ESEB 2006 não realizou pergunta sobre cor autodeclarada.

A Tabela 9 mostra que a raça se mostrou uma variável estatisticamente significativa para explorar a distribuição dos eleitores identificados com partidos conservadores apenas em 2014 e em 2018. Em ambos os casos, é possível dizer que os brancos e os indígenas possuem mais eleitores identificados com partidos conservadores; enquanto os negros e os amarelos possuem

uma relação negativa com este indicador. Em 2018, entretanto, ainda que essa relação exista, é mais fraca do que em 2014. Os resultados em Mainwaring, Meneguello e Power (2000b, p. 71), por sua vez, apresentam dados que demonstram a clivagens raciais pouco importantes para definição das divisões partidárias. Ou seja, é possível dizer que apenas recentemente a identificação partidária com conservadores passou a ser uma informação com claras tendências racializadas, mesmo que em menor medida.

Tabela 10 – Identificação partidária (%) x Religião – ESEB (2002-2018)

Ano	Religião	Distribuição das religiões na sociedade (%)	Distribuição das religiões entre identificados com			
			Partidos conservadores		Outros partidos	
			(%)	Diferença p/ sociedade (%)	(%)	Diferença p/ sociedade (%)
2002*	Católica	69,4	70,0	0,6	71,6	2,3
	Evangélica	15,8	18,8	2,9	12,5	-3,3
	Espírita	2,5	2,5	0,0	3,5	1,0
	Outras	4,9	6,3	1,4	5,4	0,5
	Nenhuma	7,4	2,5	-4,9	7,0	-0,5
2006	Católica	61,5	90,0	28,5	60,2	-1,3
	Evangélica	24,5	10,0	-14,5	25,1	0,6
	Espírita	1,5	0,0	-1,5	1,5	0,1
	Outras	2,2	0,0	-2,2	2,3	0,1
	Nenhuma	10,3	0,0	-10,3	10,8	0,6
2010*	Católica	61,8	50,0	-11,8	59,0	-2,9
	Evangélica	21,8	27,8	5,9	24,4	2,6
	Espírita	3,5	5,6	2,1	4,4	0,9
	Outras	3,2	0,0	-3,2	3,4	0,2
	Nenhuma	9,7	16,7	7,0	8,8	-0,8
2014*	Católica	61,7	50,0	-11,7	63,7	2,0
	Evangélica	24,5	41,2	16,7	22,5	-2,0
	Espírita	2,3	2,9	0,7	2,3	0,0
	Outras	3,1	5,9	2,8	3,6	0,5
	Nenhuma	8,4	0,0	-8,4	7,9	-0,5
2018*	Católica	50,8	38,1	-12,8	54,5	3,7
	Evangélica	32,1	50,5	18,3	24,7	-7,4
	Espírita	3,6	2,3	-1,3	4,3	0,7
	Outras	3,7	2,8	-0,9	4,3	0,6
	Nenhuma	9,8	6,4	-3,4	12,2	2,4

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ESEB (Cesop-COCEN/Unicamp). Nota: *p-valor: 2010: $p < 0,1$; 2002 e 2014: $p < 0,025$; 2018: $p < 0,001$.

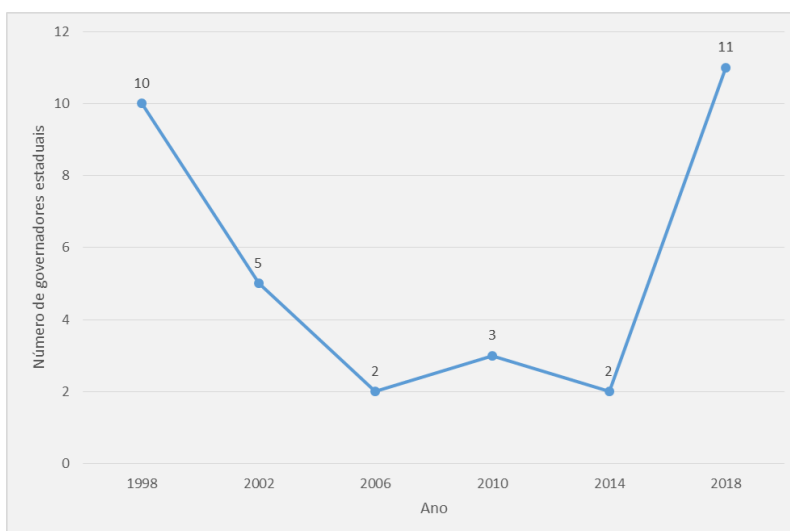
Por fim, a Tabela 10 mostra que apenas em 2006 as informações sobre religião não se relacionaram sistematicamente com as informações sobre identificação partidária. Em todos os anos, apenas os evangélicos se mostraram um eleitorado no qual é possível observar eleitores mais identificados com partidos conservadores. Os católicos e os que não possuem religião são grupos nos quais há menos afinidade com esses partidos (com exceção de 2002 para o primeiro grupo e 2010 para o segundo). Entre os espíritas, 2018 se mostrou um ano de tendência contrária a legendas conservadoras, apesar de na série temporal anterior a tendência ser positiva. Já entre os que possuem “outras” religiões, não há uma organização temporal clara da relação com esses partidos.

A variável religião ganhou contornos protagonistas nos últimos anos, principalmente com ascensão da relação entre igrejas evangélicas e partidos políticos no Brasil. Não há base comparativa sobre os partidos conservadores e religião anterior ao nosso escopo temporal de análise, visto sua não visibilidade enquanto clivagem influente no sistema partidário (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000b, p. 73).

Desempenho eleitoral

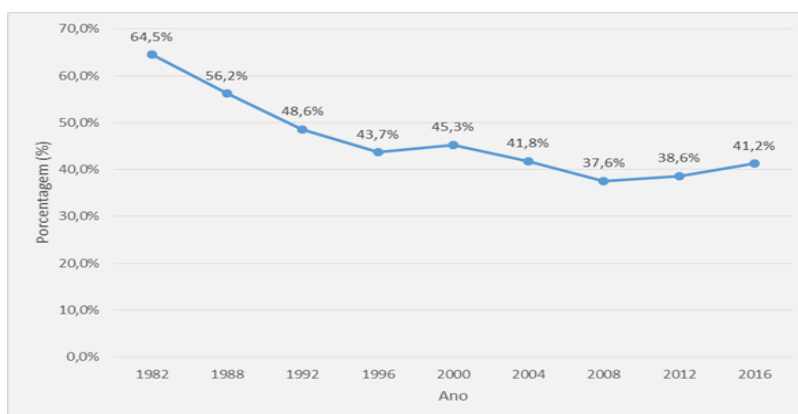
Mainwaring, Meneguello e Power (2000a) também observaram dados eleitorais dos partidos conservadores. A fim de sintetizar as principais comparações entre o período analisado no livro com os valores obtidos pelos conservadores nas urnas atualmente, trouxemos os cargos que serviram de critério para definir se um partido conservador entraria para análise (ver Nota de rodapé 3) e a porcentagem de prefeituras conquistadas, assim como os autores fizeram.

Gráfico 2 – Número de Unidades Federais sob governo de um partido conservador (1998-2018)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE.

Gráfico 3 – Porcentagem de prefeituras conquistadas por partidos conservadores (1982-2016)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE.

Tabela 11 – Porcentagem de votos conquistados por partidos conservadores no primeiro turno das eleições presidenciais (1989-2018)

Partido	1989 1º Turno (%)	1994 1º Turno (%)	1998 1º Turno (%)	2002 1º Turno (%)	2006 1º Turno (%)	2010 1º Turno (%)	2014 1º Turno (%)	2018 1º Turno (%)
PRN	30,5	0,6	-	-	-	-	-	-
PDS/PPR/PPB/PP	8,9	2,8	-	-	-	-	-	-
PL/PR	4,8	-	-	-	-	-	-	-
PFL/DEM	0,9	-	-	-	-	-	-	-
PSD	0,8	-	-	-	-	-	-	-
PTB	0,6	-	-	-	-	-	-	-
PRONA	0,5	7,4	2,1	-	-	-	-	-
NOVO	-	-	-	-	-	-	-	2,5
PRP	-	-	-	-	0,13	-	-	-
PSDC/DC	-	-	-	-	0,07	0,09	0,06	0,04
PSL	-	-	-	-	0,06	-	-	46,03
PRTB	-	-	-	-	-	0,06	0,43	-
PSC	-	-	-	-	-	-	0,75	-
PEN/PATRI	-	-	-	-	-	-	-	1,26
PTN/PODE	-	-	-	-	-	-	-	0,8
Total	47,0	10,8	2,1	0,0	0,3	0,2	1,2	50,6

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de dados disponíveis em Mainwaring, Meneguello e Power (2000a).

Os resultados eleitorais chamam atenção. Os partidos conservadores, mesmo após um período de menor sucesso nas urnas, de 2000 até 2010, apresentaram um crescimento comparável aos números mais antigos encontrados em Mainwaring, Meneguello e Power (2000a). As perspectivas vitoriosas que os autores apontaram no livro parecem ter sido retomadas agora – com a volta de uma porcentagem superior a 40% das prefeituras no país (Gráfico 3), 11 governadores estaduais (Gráfico 2) e a maior taxa de representação conservadora na Câmara dos Deputados desde 1982: 55,9% (Gráfico 1, na Introdução).

Conclusões

A ascensão de discursos críticos em relação a diversos aspectos do regime democrático no campo conservador – não só no Brasil, mas no mundo todo – insere nosso trabalho em uma agenda de estudos importante para entender as transformações dos partidos conservadores ao longo do atual século. No Brasil, algumas características dos partidos conservadores permaneceram estáveis desde a publicação da obra que elegemos como referência para estudo dessas siglas no país. No entanto, outras passaram por transformações importantes.

A fragmentação do bloco de legendas conservadores permaneceu alta. Partidos criados recentemente, como o PRB e o PSD, demonstraram-se capazes de crescerem enquanto partidos conservadores importantes. Além disso, o PFL/DEM, um dos mais antigos partidos conservadores, possui papel de destaque na política nacional com a ocupação da presidência nas duas Casas Legislativas. No que toca o desempenho nas urnas, o bloco passou por oscilações negativas no período entre 2002 e 2014; mas, a partir de 2016, os conservadores tiveram uma forte ascensão eleitoral, com alto crescimento do número de cargos conquistados.

Com relação ao que defendem, os parlamentares conservadores permaneceram ainda mais afeitos a posições autoritárias, com posições mais equilibradas frente ao protagonismo do livre mercado e Estado na economia, menos afeitos ao conceito de fidelidade partidária e, na dimensão esquerda/direita, continuaram a se posicionar mais ao centro – negando sua posição mais à direita. Entretanto, uma mudança foi notada no que tange à agenda moral: passaram a ter maior tolerância, na contramão dos parlamentares conservadores da ANC.

No que se refere aos eleitores identificados com partidos conservadores, permaneceram fortemente representados em municípios de menor porte populacional e na região Nordeste, agora acompanhada também pela região Sul. A região Sudeste, pelo contrário, possui menos identificados com esses partidos. A idade, que antes se mostrava uma informação capaz de concentrar os identificados com siglas conservadoras entre os mais velhos, agora possui uma relação contrária: na onda mais recente, elas são mais fortes entre os mais jovens. Além disso, as ondas mais recentes mostram que, ao contrário do que foi observado na década de 1990, os eleitores mais identificados com partidos conservadores hoje estão concentrados entre as faixas mais escolarizadas.

Durante o recorte temporal, algumas tendências foram mais estáveis. Primeiro, os eleitores mais identificados com partidos conservadores se encontraram na faixa de renda de 5 a 15 salários mínimos, enquanto os menos identificados se concentraram na faixa de 1 a 5 salários mínimos. Segundo, as mulheres se mostraram menos simpatizantes desses partidos do que os homens. Terceiro, entre os negros e os amarelos foi possível encontrar menos identificados com siglas conservadoras do que entre brancos e indígenas. E quarto, os católicos se demonstraram menos afeitos a essas legendas do que os evangélicos.

A partir do atual trabalho, já é possível afirmar que os partidos conservadores brasileiros e seus representantes têm passado por transformações marcantes. Para além das evidenciadas mudanças em diversas áreas, cabe reafirmar a importância da agenda de pesquisa, iniciada com a publicação de Mainwaring, Meneguello e Power (2000a). O conservadorismo se mostra, de fato, relacional – ou seja, sua manutenção passa por novas dinâmicas e valores ao longo do tempo e espaço. É o que verificamos com o caso brasileiro.

Referências bibliográficas

- AVELAR, L.; WALTER, M. I. M. T. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 96–122, jun. 2008.
- FERNANDES, J. L. M. Bases sociais e eleitorais dos partidos conservadores no estado de São Paulo (1982-2016). 2017.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- FREITAS, A. **O presidencialismo da coalizão**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

FRETEL, J. Qual sociologia para o estudo dos partidos políticos conservadores? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 321–349, jul. 2011.

GIBSON, E. L. **Class and Conservative Parties: Argentina in Comparative Perspective**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

GIDDENS, A. **A Contemporary Critique of Historical Materialism**. [s.l.] Stanford University Press, 1995.

KELLSTEDT, P. M.; WHITTEN, G. D. **Fundamentos da pesquisa em ciência política**. São Paulo: Editora Blucher, 2015.

KINZO, M. D. G. O quadro partidário e a Constituinte. In: LAMOUNIER, B. (Ed.). **De Geisel a Collor: O balanço da transição**. São Paulo: IDESP, Editora Sumaré, 1990.

KINZO, M. D. G. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, Centro de Estudos, 1993.

KRAUSE, S.; REBELLO, M. M.; SILVA, J. G. DA. O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): autores, objetivos, êxito e fracasso (1988-2010). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 247–272, abr. 2015.

LAGUADO DUCA, A. C. ¿Es posible una teoría general de los partidos conservadores? **Tabula Rasa**, n. 4, p. 167–201, 30 jun. 2006.

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. J. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases**. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. J. Conservative Parties, Democracy, and Economic Reform in Contemporary Brazil. In: MIDDLEBROOK, K. J. (Ed.). **Conservative Parties, the Right and Democracy in Latin America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000b.

MANNHEIM, K. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. DE S. (Ed.). **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MENEGUELLO, R.; CURI, H.; CATELANO, O. Z. Explicações sobre o voto local no estado de São Paulo (1994-2016). In: MENEGUELLO, R.; KERBAUY, M. T. M. (Eds.). **Política em São Paulo: uma análise da dinâmica político-partidária no estado**. 1. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2020. p. 384.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POWER, T. J. **The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, Institutions, and Democratization**. College Station: Pennsylvania State University Press, 2000.

RIBEIRO, P. F. Financiamento partidário no Brasil: propondo uma nova agenda de pesquisas. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 1, p. 33–44, 11 ago. 2009.

RODRIGUES, L. M. **Quem é quem na Constituinte: Uma análise sociopolítica dos partidos e deputados**. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.

ROMANO, R. O PENSAMENTO CONSERVADOR. **Revista de Sociologia e Política**, v. 0, n. 03, p. 21–31, 1994.

SANTOS, G. G. DA C. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. 2016.

SOUZA, M. DO C. C. The Contemporary Faces of the Brazilian Right: An interpretation of Style and Substance. In: CHALMERS, D. A.; SOUZA, M. DO C. C.; BORÓN, A. A. (Eds.). **The right and Democracy in Latin America**. New York: Praeger, 1992.

SPECK, B. W.; BALBACHEVSKY, E. Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, p. 569–602, dez. 2016.

ZUCCO, C.; POWER, T. J. **Brazilian Legislative Surveys (1990-2017)** Harvard Dataverse, , 2019. Disponível em: <<https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/ARYBJI>>. Acesso em: 13 nov. 2020